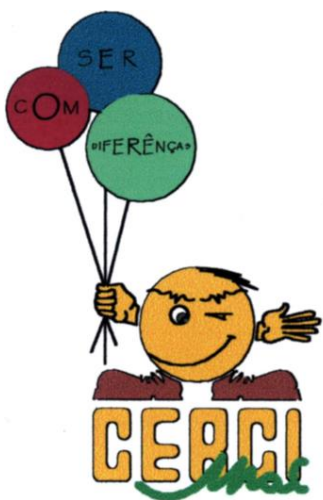


RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

Elaborado por:



Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos da CERCIMAC, apresentamos o relatório de gestão referente ao exercício de 2018.

1. Introdução.

O Relatório de Gestão destina-se a descrever com referência e apresentação de contas o estado e evolução desta cooperativa, sendo um importante instrumento de gestão e controlo de instituição.

Após a mais recente fase recessiva, sem precedentes na economia portuguesa, a atividade económica continuará a recuperar, apresentando um crescimento superior ao potencial no período 2018-20. A generalidade das projeções sugere que o hiato do produto deixará de ser negativo a partir de 2018. Esta evolução está sustentada no forte desempenho das exportações de bens e serviços, no dinamismo da formação bruta de capital fixo (FBCF) e no crescimento do consumo privado, que será, em média, ligeiramente inferior ao crescimento do PIB (Quadro 1 e Gráfico 1). Comparando com 2008 – período anterior à recessão associada à mais recente crise financeira internacional – o produto real deverá ser 4,7% superior em 2020, um incremento de magnitude próxima da projetada para o consumo privado (4,0%) e para a FBCF empresarial (6,4%) (Gráfico 2). Por seu turno, as exportações ascenderão no final do horizonte a um nível 70% superior ao observado antes da crise financeira internacional, sendo que as exportações de turismo mais que duplicam. Esta evolução contribui para o aumento do grau de abertura da economia portuguesa, que é acompanhado pela manutenção de um excedente da balança corrente e de capital de cerca de 2% do PIB, em média, no período 2018-20.

Gráfico 1 • Contributos líquidos para o crescimento real do PIB | Em pontos percentuais

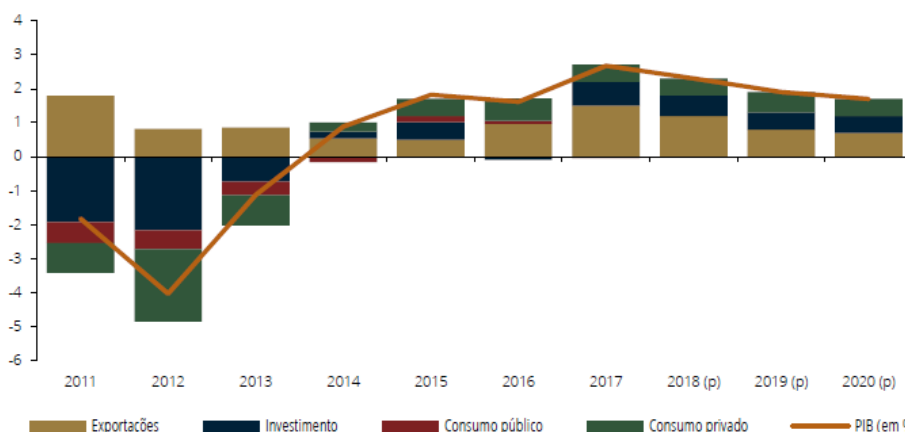
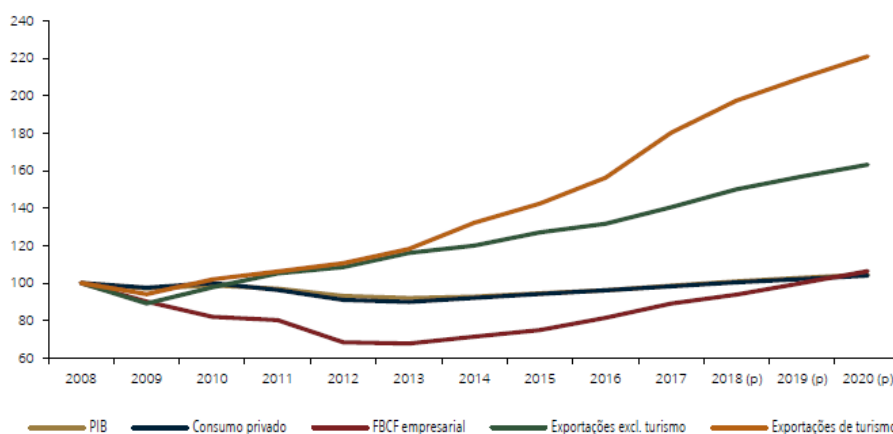


Gráfico 2 • PIB e principais componentes, preços constantes | Índice, 2008 = 100



Progressivo abrandamento do processo de expansão

Ao longo do horizonte de projeção a economia portuguesa deverá abrandar, traduzindo a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, que refletem constrangimentos estruturais a um maior crescimento potencial³. A progressiva maturação do processo de expansão também é observada a nível agregado na área do euro. Esta evolução é acompanhada por uma aceleração moderada dos preços e dos salários nominais, num quadro de redução gradual das margens disponíveis no mercado de trabalho e na capacidade produtiva.

As atuais projeções para a taxa de crescimento anual do PIB permanecem inalteradas face às publicadas no Boletim Económico de dezembro. As Contas Nacionais Trimestrais para o quarto trimestre de 2017 revelaram um maior dinamismo das exportações no final de 2017, superior ao antecipado no anterior exercício de projeção⁴. A incorporação desta informação tem um efeito positivo no crescimento em 2018, que é contrabalançado pelo impacto negativo da revisão do conjunto das hipóteses de enquadramento externo. Adicionalmente, o conjunto limitado de indicadores de curto prazo disponível para o início de 2018 confirma globalmente o cenário traçado no anterior Boletim.

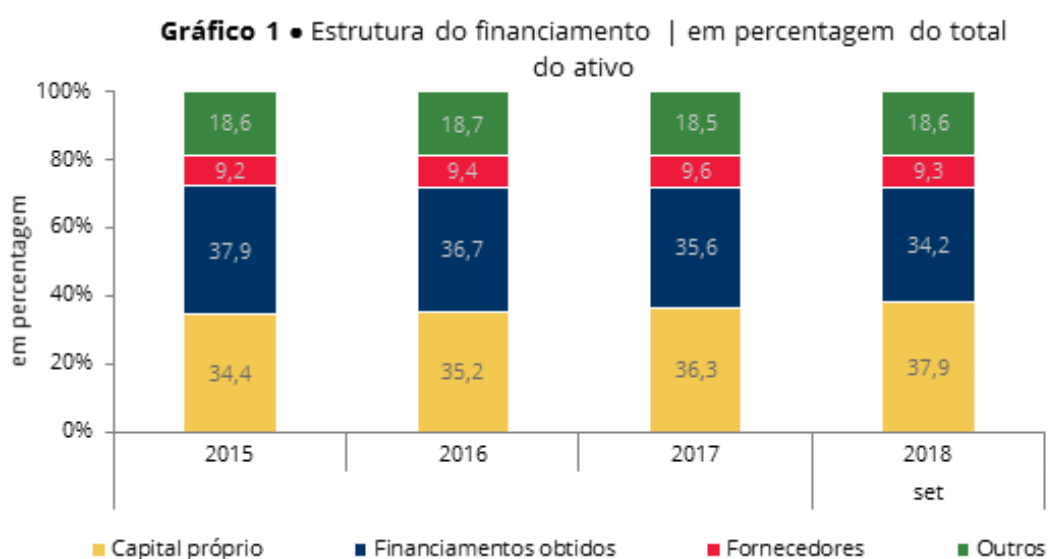
Crescimento moderado do consumo privado

O consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, refletindo a melhoria no mercado de trabalho, a manutenção de níveis de confiança elevados e o crescimento contido dos salários reais, permanecendo condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das famílias. Em 2018, refira-se a influência positiva do aumento do salário mínimo e de algumas medidas de aumento do rendimento das famílias incluídas no Orçamento do Estado. Ao longo do horizonte de projeção, o consumo privado (corrente e duradouro)

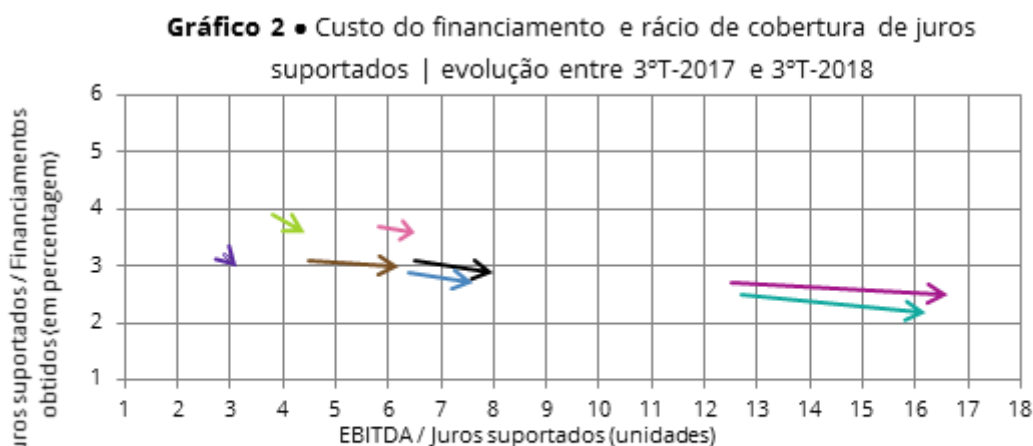
desacelera, em linha com a evolução do rendimento disponível real. Neste contexto, antecipa-se que a taxa de poupança das famílias se mantenha em níveis historicamente baixos.

Comportamento das empresas no corrente ano

No terceiro trimestre de 2018, a rentabilidade bruta do ativo (EBITDA2 / total do ativo) das empresas não financeiras situou-se em 8,1%, valor superior em 0,2 pontos percentuais (pp) ao do trimestre anterior. A rentabilidade aumentou nos setores das sedes sociais (0,8 pp), dos transportes e armazenagem (0,2 pp), das indústrias (0,1 pp), do comércio (0,1 pp) e dos outros serviços (0,1 pp). Pelo contrário, os setores da eletricidade e da construção apresentaram reduções de 0,1 pp.



A autonomia financeira (capital próprio / total do ativo) fixou-se em 37,9%, o que corresponde a um aumento de 1,6 pp em relação ao final de 2017 (Gráfico 1). O peso dos financiamentos obtidos no total do ativo diminuiu 1,4 pp no mesmo período, fixando-se em 34,2% no terceiro trimestre do ano.



2. Evolução da Atividade

Relatório de Gestão - 2018

→ as empresas
 → Eler, gás e água (D+E)
 → Comércio (G)
 → Outros serviços
 → Indústrias (B+C)
 → Construção (E)
 → Transportes e armazenagem (H)
 → Sedes sociais (M, 70100)



2.1. Atividades desenvolvidas.

A CERCIMAC é uma cooperativa de Solidariedade Social que, desde a sua fundação em 2004, promove a valorização e inclusão social das pessoas com deficiência, através de medidas específicas de intervenção, em articulação com serviços públicos e privados, numa postura de cooperação, abertura e complementaridade.

Assume como princípios a qualidade da intervenção, o desenvolvimento comunitário, o trabalho em parceria e a inclusão social, em que o sucesso da intervenção é medido pelo alargamento de serviços prestados pela instituição nos últimos anos, bem como pela melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento dos nossos utentes/ clientes.

A CERCIMAC centra a sua capacidade de intervenção nos domínios da Intervenção Precoce, Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Empresa de Jardinagem CERCIVERDE, os quais passamos a descrever:

Intervenção Precoce (IP) - O Serviço de Intervenção Precoce, funciona através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade.

A intervenção precoce é dirigida a crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o desenvolvimento individual, social, e a participação nas atividades adequadas à sua idade, ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, considerando-se esta como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

A CERCIMAC, tem como âmbito de atuação, nesta resposta, os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Durante o ano de 2018 prestou apoio a 47 menino(as) dos concelhos acima referenciado e tem acordo estabelecido com a Segurança Social para 30 menino(as).

Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) - Constitui uma modalidade de Ação Social, exercida pelo Sistema de Segurança Social, através do qual foi estabelecido um acordo de cooperação entre a CERCIMAC e o Instituto da Segurança Social, IP para 30 pessoas.

O CAO tem como principal objetivo estimular a manutenção e/ou desenvolvimento de competências sensoriais, motoras, cognitivas e psicossociais, através da ocupação e integração em atividades que vão de encontro às suas necessidades e interesses individuais, nomeadamente: Estritamente Ocupacionais, Desenvolvimento Pessoal e Social, Lúdico - Terapêuticas, Socioculturais e Socialmente úteis.



• Atividades Socialmente Úteis (ASU)

Oficina de Artes gráficas - Espaço no qual são realizados materiais promocionais e/ou de embalagem que vão de encontro às necessidades de empresas que pretendam adquirir um produto distinto não só pela personalização da imagem, mas também pelo sentimento positivo que lhe está associado, ou seja, de contribuição para o bem-estar, reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

Atelier de sacos de papel - O Atelier tem a participação frequente dos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais que elaboram de forma manual sacos de diversos tamanhos e modelos para comercialização.

Lar Residencial (LR) - Esta resposta destina-se a acolher pessoas com deficiência que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

O Lar Residencial funciona de segunda a domingo, 24 horas por dia, em edifício construído de raiz, acoplado ao centro de atividades ocupacionais.

Atualmente presta apoio a 24 utentes 2 dos quais não comparticipados pelo Instituto da Segurança Social, IP. O lar residencial pode ainda dar resposta a situações transitórias permitindo contemplar soluções de acolhimento temporário, visando o apoio à família em situações pontuais e proporcionando, deste modo, uma resposta a situações emergentes.

Empresa de jardinagem CERCIVERDE - A Cercimac em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional desenvolveu (em 2006) uma nova área de intervenção que se traduz num apoio ativo ao emprego através da prestação de Serviços de Jardinagem à comunidade. Hoje, a empresa de jardinagem contribui para a sustentabilidade desta Cooperativa, devido à comunidade que, durante estes anos, tem procurado os nossos serviços, e ao Município de Macedo de Cavaleiros que, desde 2006, tem contratualizado os nossos serviços.

Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) – Consiste num projecto piloto a ser implementado, a partir de 2019, pela primeira vez a nível nacional e que se operacionaliza através dos Modelos de Apoio à Vida Independente (MAVI).

Estes Centros assentam na disponibilização de um serviço de assistência pessoal a pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades da vida diária e de mediação em contextos diversos visando ainda contribuir para a efetivação do direito das pessoas com deficiência a viver de forma independente.

Durante o ano de 2018 foram alcançadas, por parte da instituição, algumas etapas nomeadamente a submissão de uma candidatura ao Programa de Cofinanciado de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - Programas Operacionais do Portugal 2020. Eixo: 3.18 - Modelos de apoio à vida independente (MAVI), POISE-38-2018-04, a qual foi aprovada em Dezembro de 2018.



2.2. Rendimentos, Gastos e Resultados.

Análise Económica e Financeira

Durante o ano de 2018 a CERCIMAC desenvolveu os seus objetivos com o apoio financeiro :

- do Instituto da Segurança Social, IP que mantém os 22 acordos de Cooperação para o Lar Residencial, aumentou para 30 acordos de cooperação para o Centro de Atividades Ocupacionais e manteve ainda 30 acordos atípicos para a Resposta Intervenção Precoce;
- do Instituto de Emprego e Formação Profissional

Análise de Gastos

Os gastos durante o ano de 2018 atingiram a quantia de 653,302.39 €, sendo a rubrica de Gastos com o Pessoal aquela que apresentou a mais significativa percentagem dos gastos suportados por esta Instituição atingindo o valor de 510,036.63 €, seguida da rubrica Fornecimento de Serviços Externos.

Salientamos que após análise aos Gastos e retirando os Gastos com o Pessoal, mantem-se à semelhança do ano transato a eletricidade e o gás como despesa mais significativa ao longo do ano de 2018.

Análise de Rendimentos

Consideram-se nos Rendimentos:

- Prestação de Serviços
- Subsídios à Exploração
- Donativos
- Captação de recursos (atividades realizadas ao longo do ano pela Cercimac)

Relativamente à rubrica Prestação de Serviços totalizou a quantia de 1710808.06 €, estando incluídos:

- Mensalidades pagas pelos frequentadores do Centro de Atividades Ocupacionais e pelas pessoas residentes no Lar Residencial
- Quotas dos Cooperantes
- Prestação de serviços contratualizadas através da Cerci - Verde
- Promoção para a Captação de Recursos

A maior percentagem da estrutura total dos rendimentos está representada nos subsídios à Exploração.



COMPARATIVO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

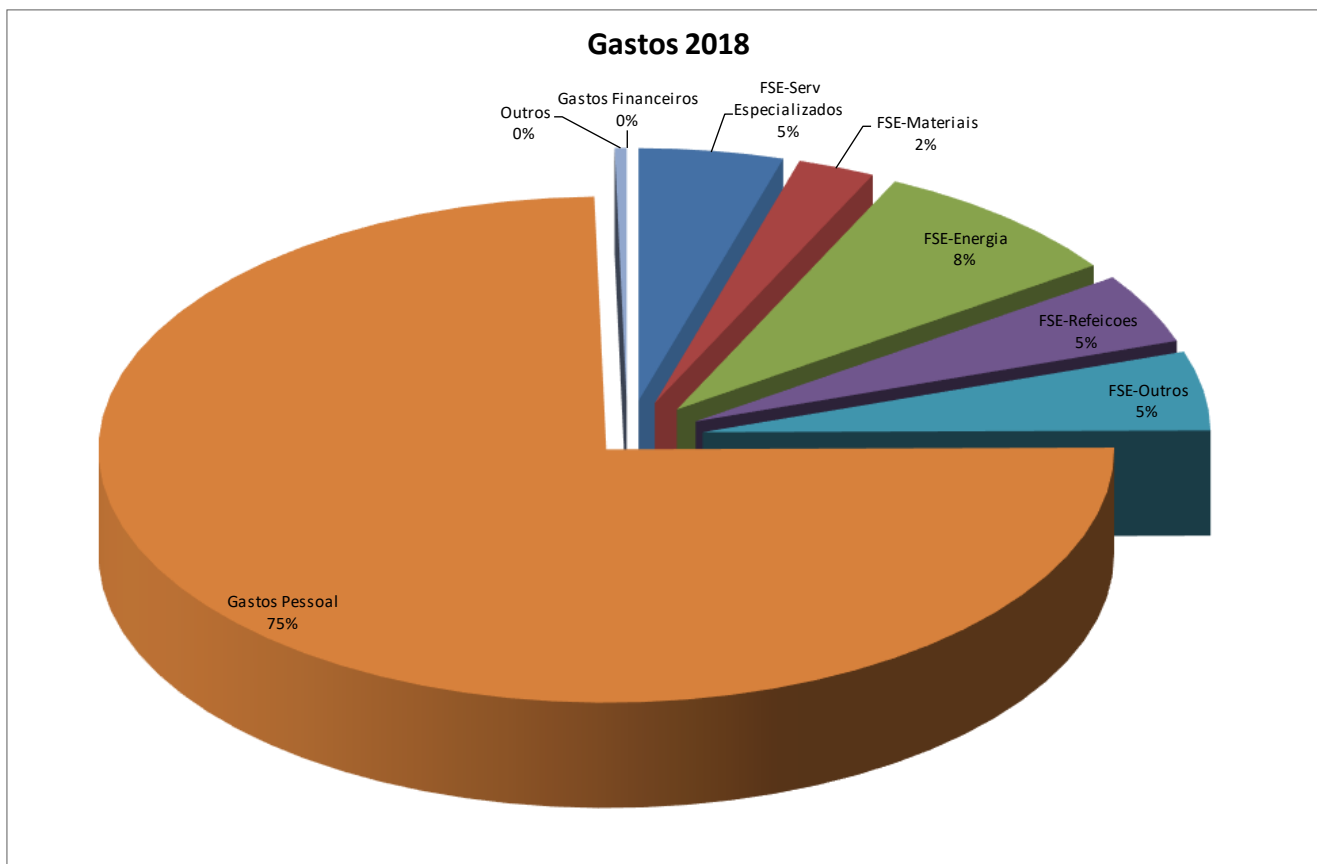
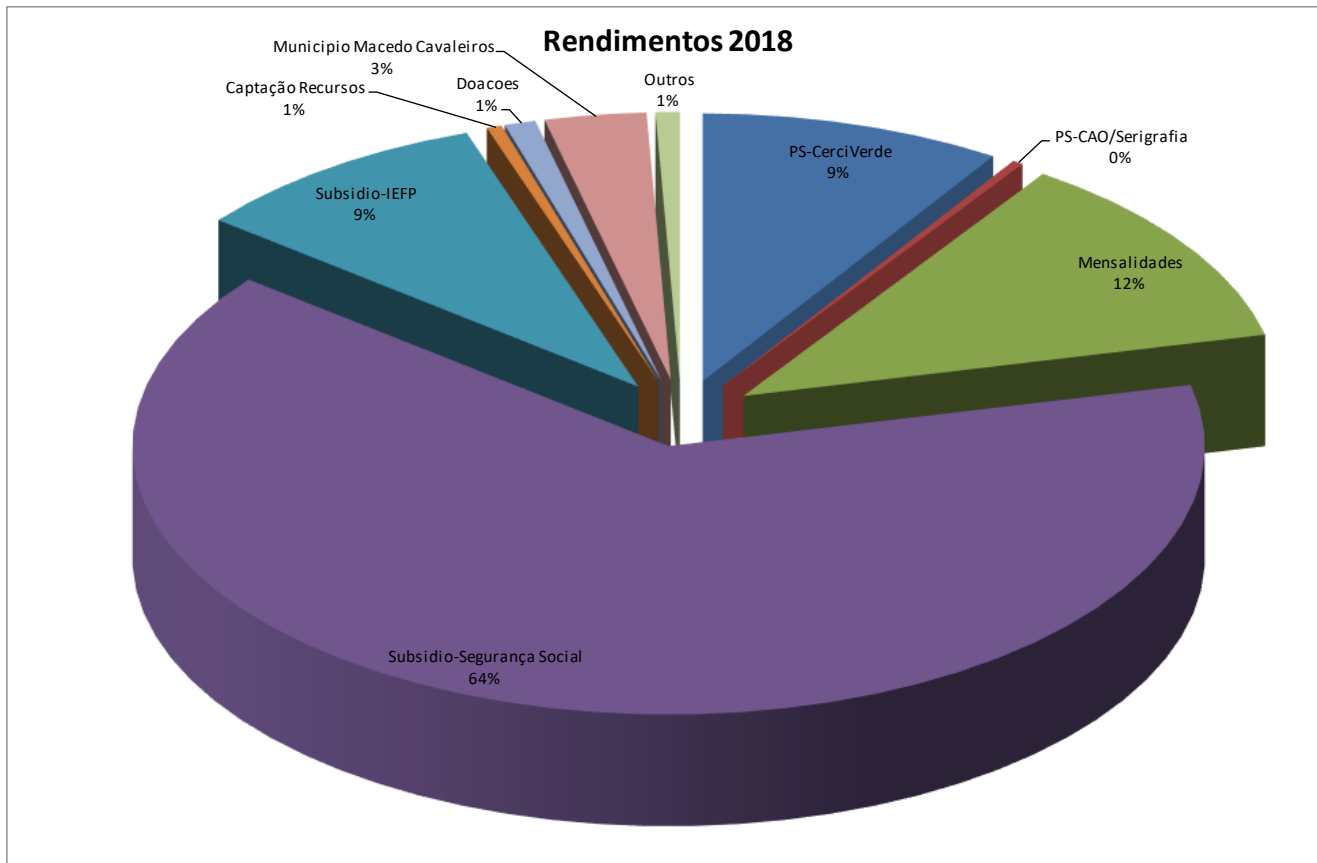
DESCRIÇÃO	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	171 808,06		192 692,75		(20 884,69)	-10,8%
Subsídios à Exploração	606 419,92		575 143,13		31 276,79	5,4%
Custo das Mercadorias	(26 576,34)	15,5%	(26 834,11)	15,6%	(257,77)	-1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	(143 265,76)	83,4%	(140 265,70)	81,6%	3 000,06	2,1%
Gastos com o Pessoal	(510 036,63)	296,9%	(463 802,60)	270,0%	46 234,03	10,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	73 212,73		70 478,48		2 734,25	3,9%
Outros Gastos e Perdas	(2 568,31)	1,5%	(1 921,93)	1,1%	646,38	33,6%
Margem Bruta	145 231,72	84,5%	165 858,64	86,1%	-20 626,92	-12,4%
Resultados Operacional S/ Depreciações	168 993,67		205 490,02		(36 496,35)	-17,8%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(77 842,27)	45,3%	(75 761,66)	44,1%	(2 080,61)	-2,7%
Resultado Operacional	91 151,40		129 728,36		(38 576,96)	-29,7%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	358,77		1 125,67		(766,90)	68,1%
Juros e Gastos Similares Suportados						
Resultado Antes de Impostos	91 510,17	53,3%	130 854,03	67,9%	(39 343,86)	-30,1%
Imposto sobre o Rendimento do Período						
Resultado Líquido do Período	91 510,17	53,3%	130 854,03	67,9%	(39 343,86)	-30,1%



COMPARATIVO DOS GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS E COM O PESSOAL

31 de Dezembro 2018

Ct	Descrição	2018	%	2017	%	Desv	%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	143 265,76		140 265,70		3 000,06	2,1%
621	SUBCONTRATOS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	31 125,72	21,7%	37 255,65	26,6%	(6 129,93)	-16,5%
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	13 386,15	9,3%	6 572,44	4,7%	6 813,71	103,7%
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6224	HONORÁRIOS	7 380,00	5,2%	15 529,11	11,1%	(8 149,11)	-52,5%
6225	COMISSÕES	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	10 355,57	7,2%	15 139,99	10,8%	(4 784,42)	-31,6%
6228	Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
623	MATERIAIS	16 800,25	11,7%	15 278,29	10,9%	1 521,96	10,0%
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁ	14 206,62	9,9%	12 952,16	9,2%	1 254,46	9,7%
6232	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2 593,63	1,8%	2 326,13	1,7%	267,50	11,5%
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6238	Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
624	ENERGIA E FLUIDOS	59 154,38	41,3%	59 123,36	42,2%	31,02	0,1%
6241	ELECTRICIDADE	25 982,18	18,1%	23 058,14	16,4%	2 924,04	12,7%
6244	GAS	12 054,68	8,4%	15 584,86	11,1%	(3 530,18)	-22,7%
6242	COMBUSTÍVEIS	15 931,92	11,1%	15 880,60	11,3%	51,32	0,3%
6243	ÁGUA	5 093,73	3,6%	4 599,76	3,3%	493,97	10,7%
6248	OUTROS FLUIDOS	91,87	0,1%	0,00	0,0%	91,87	0,0%
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1 106,64	0,8%	838,56	0,6%	268,08	32,0%
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1 097,94	0,8%	833,16	0,6%	264,78	31,8%
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	8,70	0,0%	0,00	0,0%	8,70	0,0%
6258	Outros	0,00	0,0%	5,40	0,0%	(5,40)	-100,0%
626	SERVIÇOS DIVERSOS	35 078,77	24,5%	27 769,84	19,8%	7 308,93	26,3%
6261	RENDAS E ALUGUERES	0,00	0,0%	644,15	0,5%	(644,15)	-100,0%
6262	COMUNICAÇÃO	1 958,49	1,4%	2 038,62	1,5%	(80,13)	-3,9%
6263	SEGUROS	16 056,74	11,2%	6 995,50	5,0%	9 061,24	129,5%
6264	Royalties	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	24,60	0,0%	407,20	0,3%	(382,60)	-94,0%
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6267	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	10 631,04	7,4%	10 051,18	7,2%	579,86	5,8%
6268	OUTROS SERVIÇOS	6 407,90	4,5%	7 633,19	5,4%	(1 225,29)	-16,1%
63	GASTOS COM O PESSOAL	510 036,63		463 802,60		46 234,03	10,0%
631	REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	378 543,77	74,2%	354 488,60	76,4%	24 055,17	6,8%
633	Benefícios pós-emprego	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
634	Indemnizações	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	68 970,53	13,5%	62 500,37	13,5%	6 470,16	10,4%
636	SEGUROS ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇA	5 986,57	1,2%	5 324,81	1,1%	661,76	12,4%
637	GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	56 535,76	11,1%	41 488,82	8,9%	15 046,94	36,3%





2.3. Evolução previsível da instituição.

A CERCIMAC pretende ser uma organização inovadora na forma de funcionamento, transmitindo, credibilidade, qualidade na prestação de serviços e respeito pelos direitos e deveres das pessoas com deficiência e suas famílias. O seu futuro passa por manter a capacidade de intervenção nos domínios da Intervenção Precoce, Atividades Ocupacionais Socialmente Úteis e Lar Residencial, fazendo, contudo, parte da sua Visão, dar continuidade à criação de respostas, ajustadas às necessidades dos atuais e futuros Utentes, bem como continuar a contribuir para a construção de uma sociedade mais aberta e inclusiva.

Neste seguimento, a CERCIMAC viu no programa criado pelo Governo, " Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), uma alternativa viável face à crescente procura de serviços por parte de pessoas com deficiência e incapacidade, cujas necessidades não se enquadram nas respostas sociais existentes.

A Implementação do MAVI concretiza-se através de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), cuja Operacionalização dependerá do cofinanciamento no âmbito dos Fundos Estruturais e de Investimento – Programas Operacionais do Portugal 2020, e aos quais a CERCIMAC se pretende candidatar em 2018.

Conforme previsto no relatório de gestão de 2017, temos mantido a determinação em criar condições para tornar mais eficiente e produtiva a Oficina de Artes Gráficas. Estas atividades têm como principais objetivos potenciar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais de jovens e adultos com deficiência, contribuir para a sustentabilidade da instituição e aumentar a nossa rede de parcerias.

3. Outras referencias exigidas pelo Código das Sociedades Comerciais.

Os itens referidos no Código e aqui não explicitados, correspondem a situações não aplicáveis a esta empresa.

Nos termos do Art.º 21º do Decreto Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, declara-se que não existem dividas em mora à Segurança Social, como aliás não existem ao Estado ou outros entes públicos.



4. Proposta de aplicação de resultados.

A Direção da Cercimac, vem nos termos estatutários propor à Assembleia Geral:

A aprovação do Relatório de Contas do exercício de 2018.

Em relação ao resultado obtido no exercício:

Descrição	Valor
Reservas Legais	
Reservas Livres	91 510,17 €
Gratificação Órgãos Sociais	
Gratificação Pessoal	
Manutenção em Resultados Transitados	
Resultado Líquido	91 510,17 €

5. Considerações Finais.

Que seja aprovado um voto de agradecimento às várias entidades e instituições que conosco colaboraram, nos dispensaram atenções, e que de alguma forma, nos ajudaram a conseguir os objetivos a que nos propusemos. A Direção agradece ainda a colaboração dos restantes Órgãos Sociais, cooperadores e amigos, bem como a todos os colaboradores, pela dedicação e empenho demonstrado.

Macedo de Cavaleiros, 15 de Março de 2019

A Direção

Luísa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Hélder José Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fátima Martins Marques Nunes
António João Alves Trovisco



Balanço e Demonstração de Resultados

BALANÇO

31 de Dezembro 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1 143 993,06	1 217 652,73
Investimentos financeiros		5 474,20	4 017,92
Subtotal		1 149 467,26	1 221 670,65
Activo corrente			
Inventários		390,15	427,68
Clientes		21 223,66	24 791,78
Estado e outros Entes Públicos		0,00	62,50
Outras contas a receber		10 496,82	0,00
Caixa e depósitos bancários		523 811,64	460 962,74
Subtotal		555 922,27	486 244,70
Total do activo		1 705 389,53	1 707 915,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 240,00	4 240,00
Resultados transitados		320 633,02	189 778,99
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 096 481,35	1 163 589,72
Resultado Líquido do período		91 510,17	130 854,03
Total do fundo do capital		1 512 864,54	1 488 462,74
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		3 808,95	2 167,37
Estado e outros Entes Públicos		21 479,98	10 777,63
Diferimentos		96 972,26	133 576,45
Outras contas a pagar		70 263,80	72 931,16
		192 524,99	219 452,61
Total do passivo		192 524,99	219 452,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 705 389,53	1 707 915,35

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Marques Nunes
Antonio João Alves Trovisco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		171 808,06	192 692,75
Subsídios, doações e legados à exploração		606 419,92	575 143,13
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(26 576,34)	(26 834,11)
Fornecimentos e serviços externos		(143 265,76)	(140 265,70)
Gastos com o pessoal		(510 036,63)	(463 802,60)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		73 212,73	70 478,48
Outros gastos e perdas		(2 568,31)	(1 921,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		168 993,67	205 490,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(77 842,27)	(75 761,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		91 151,40	129 728,36
Juros e rendimentos similares obtidos		358,77	1 125,67
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		91 510,17	130 854,03
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		91 510,17	130 854,03

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Marques Nunes
Antonio João Alves Trovisco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E VALÊNCIAS

31 de Dezembro 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Inserção	Interv. Precoce	CAO	Serigrafia	Lar
Vendas e serviços prestados	71 389,44	0,00	29 174,42	2 563,75	68 680,45
Subsídios, doações e legados à exploração	30 854,30	44 968,51	187 459,19	0,00	343 137,92
Variação nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	(26 576,34)
Fornecimentos e serviços externos	(23 848,24)	(5 612,75)	(44 997,52)	(935,17)	(67 872,08)
Gastos com o pessoal	(72 476,59)	(35 242,37)	(147 651,30)	0,00	(254 666,37)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumentos/reduções)					
Provisões específicas (aumentos/reduções)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	81,29	0,00	73 131,44
Outros gastos e perdas	0,00	0,00	(1 051,24)	0,00	(1 517,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 918,91	4 113,39	23 014,84	1 628,58	134 317,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(715,26)	(737,50)	0,00	(697,10)	(75 692,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 203,65	3 375,89	23 014,84	931,48	58 625,54
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	13,51	0,00	345,26
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados antes de impostos	5 203,65	3 375,89	23 028,35	931,48	58 970,80
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	5 203,65	3 375,89	23 028,35	931,48	58 970,80

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Marques Nunes
Antonio João Alves Trovisco

31 de Dezembro 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	4 240,00 €	0,00 €	0,00 €	189 778,99 €	0,00 €	0,00 €	1 163 589,72 €	130 854,03 €	1 488 462,74 €	0,00 €	1 488 462,74 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00 €		0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas										0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00 €		0,00 €
Excedentes de realização do excedente de reval de activos										0,00 €		0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00 €		0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								-67 108,37 €		-67 108,37 €		-67 108,37 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-67 108,37 €	0,00 €	-67 108,37 €	0,00 €	-67 108,37 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								91 510,17 €	91 510,17 €		91 510,17 €
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								91 510,17 €			91 510,17 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	4 240,00 €	0,00 €	0,00 €	189 778,99 €	0,00 €	0,00 €	1 096 481,35 €	222 364,20 €	1 512 864,54 €	0,00 €	1 512 864,54 €

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direcção

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Marques Nunes
Antonio João Alves Trovisco

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		175 376,18	185 147,17
Recebimento de apoios		573 558,29	537 987,61
Pagamento a fornecedores		170 768,83	167 855,78
Pagamentos ao pessoal		510 036,63	463 802,60
Caixa gerada pelas operações		68 129,01	91 476,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		68 129,01	91 476,40
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		4 182,60	25 452,10
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 456,28	1 450,52
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		358,77	1 125,67
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-5 280,11	-25 776,95
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		62 848,90	65 699,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		460 962,74	395 263,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		523 811,64	460 962,74

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Marques Nunes
Antonio João Alves Trovisco



Anexo



1. Identificação da Entidade.

1.1. Designação da entidade.

A CERCIMAC – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, conforme Diário da República n.º 37 de 22/02/2005, Série III.

1.2. Sede.

Rua Dr. Henrique José Gonçalves, N.º 21
5340-532 MACEDO DE CAVALEIROS

1.3. Natureza da atividade.

Código CAE (Rev. 3): **87 302**

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento.

Em conformidade com os estatutos, esta cooperativa tem como finalidade satisfazer as respectivas necessidades sociais, a sua promoção e integração, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio a grupos vulneráveis, em especial a crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- b) Apoio a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção socioeconómica;
- c) Desenvolvimento de programas de apoio direcionados para grupos alvo, designadamente em situação de velhice, deficiência, doença mental, carências económicas graves e exclusão social;
- d) Promoção do acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos;
- e) Desenvolver ações de informação e sensibilização junto da opinião pública para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e incapacidades e respetiva família.

1. É intenção da Cooperativa trabalhar para produzir as mudanças necessárias à concretização do direito das pessoas com deficiência a exercerem a sua condição de cidadãos, ou seja, participar plenamente e em condições de igualdade na sociedade.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3. Principais políticas contabilísticas.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Activos Financeiros registados na rubrica "Outros Instrumentos Financeiros – Activos Financeiros".

Foi igualmente aplicado o valor realizável líquido na rubrica de inventários.

3.2 Outras políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente como previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidencia objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

4.1 A natureza da alteração na política contabilística.

Não aplicável.

4.2 A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não aplicável.

4.3 A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável.

Não aplicável.

4.4 As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.



5. Activos fixos tangíveis.

5.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados na rubrica OUTROS ACTIVOS FIXOS.

A - Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

B – Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

C – As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D – A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período.

RUBRICAS	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	217 900,00	0,00	217 900,00	217 900,00	0,00	217 900,00
Edifícios e Outras Construções	1 124 318,48	(224 863,68)	899 454,80	1 124 318,48	(281 079,60)	843 238,88
Equipamento Básico	218 345,46	(151 719,20)	66 626,26	222 528,06	(163 832,76)	58 695,30
Equipamento de Transporte	123 010,34	(101 062,76)	21 947,58	123 010,34	(108 163,29)	14 847,05
Equipamento Administrativo	79 905,11	(68 531,44)	11 373,67	79 905,11	(70 733,76)	9 171,35
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 094,63	(22 744,21)	350,42	23 094,63	(22 954,15)	140,48
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 786 574,02	(568 921,29)	1 217 652,73	1 790 756,62	(646 763,56)	1 143 993,06



ANEXO

E – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizaç.	Alienações	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Transf.	Quantia Escriturada Final
Terrenos e Recursos Naturais	217 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217 900,00
Edifícios e Outras Construções	899 454,80	0,00	0,00	0,00	(56 215,92)	0,00	0,00	0,00	843 238,88
Equipamento Básico	66 626,26	4 182,60	0,00	0,00	(12 113,56)	0,00	0,00	0,00	58 695,30
Equipamento de Transporte	21 947,58	0,00	0,00	0,00	(7 100,53)	0,00	0,00	0,00	14 847,05
Equipamento Administrativo	11 373,67	0,00	0,00	0,00	(2 202,32)	0,00	0,00	0,00	9 171,35
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	350,42	0,00	0,00	0,00	(209,94)	0,00	0,00	0,00	140,48
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 217 652,73	4 182,60	0,00	0,00	(77 842,27)	0,00	0,00	0,00	1 143 993,06

5.2 Outras informações sobre os activos fixos tangíveis.

A – A existência e quantias de restrições de titularidade e activos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

B – A quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis.

Não aplicável.

5.3 Itens do activo fixam tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

A – A data da eficácia da revalorização.

Não aplicável.

B – Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Não aplicável.



6. Activos fixos intangíveis.

6.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A – Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas.

Não aplicável.

B – Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas.

Não aplicável.

C – A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no início e fim do período.

Não aplicável.

D - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

6.2 Outras informações sobre os activos fixos intangíveis.

A – Activo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse activo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida. Descrição dos factores que desempenharam um papel significativo na sua determinação.

Não aplicável.

B – Descrição, quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

Não aplicável.



ANEXO

C – Para os activos intangíveis adquiridos com recurso a subsídios do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor, a quantia inicialmente reconhecida e a sua quantia escriturada atualmente.

Não aplicável.

D – A existência e as quantias escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

E – A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de activos intangíveis.

Não aplicável.

6.3 Divulgação da quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

Não aplicável.

6.4 Ativos intangíveis de carácter ambiental.

A – Descrição dos critérios de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no calculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Não Aplicável.

B – Os incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade. Especificação das condições associadas à concessão de cada incentivo ou uma síntese das condições, caso sejam semelhantes.

Não aplicável.

C – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referencia na medida em que possa ser estimada com fiabilidade.

Não aplicável.



D – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas.

Não aplicável.

E – Caso sejam significativos, os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros, por exemplo em resultado de perdas ou danos causados por uma poluição ambiental passada.

Não aplicável.



7. Locações.

7.1 A quantia escriturada líquida à data do balanço, por categoria de ativo.

Não aplicável.

7.2 Para locações financeiras e operacionais, divulgar uma descrição geral dos acordos de locação incluindo, pelo menos o seguinte:

A – A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar.

Não aplicável.

B – A existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento.

Não aplicável.

C – Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação.

Não aplicável.

7.3 Informação adicional sob locações operacionais.

A – Os futuros pagamentos mínimos da locação sob locações operacionais não canceláveis no agregado e para cada um dos períodos seguintes:

i) Não mais de um ano.

Não aplicável.

ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos.

Não aplicável.

iii) Mais de cinco anos.

Não aplicável.

B – O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimento durante o período.

Não aplicável.

C – Uma descrição global dos acordos de locação do locador.

Não aplicável.



8. Custos de empréstimos obtidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**9. Inventários.****9.1 As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.**

Os inventários estão valorizados ao último preço de custo.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

RUBRICAS	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	390,15	427,68
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Activos biológicos	0,00	0,00
TOTAL	390,15	427,68

9.3 A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender.

Não aplicável.

9.4 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

RUBRICAS	Consumos	Imparidades	Outras Perdas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	26 576,34	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Activos biológicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26 576,34	0,00	0,00

9.5 A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.



ANEXO

9.6 A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.7 As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.8 A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Não aplicável.



10. Rédito.

10.1 As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do redito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de quaisquer impostos, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transação foi reconhecido com referencia à fase de acabamento da transação à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

10.2 A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Descrição	2018
Vendas	- €
Prestação de Serviços	171 808,06 €
Quotas dos utilizadores	1 130,00 €
Quotas e Jóias	- €
Promoções para captação de recursos	3 609,97 €
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	- €
Outras Prestações Serviços	167 068,09 €
Total	171 808,06 €



11. Provisões, passivos e activos contingentes.

11.1 Desdobramento dos movimentos ocorridos por classe de provisão.

Não aplicável.

11.2 A quantia de qualquer reembolso esperado, declarando a quantia de qualquer activo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado.

Não aplicável.

11.3 Informações pormenorizadas sobre provisões de carácter ambiental.

Não aplicável.

11.4 Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

Não aplicável.

11.5 Breve descrição da natureza do passivo contingente por classe de passivo.

Não aplicável.

11.6 Descrição da natureza dos activos contingentes, quando for provável um influxo de benefícios económicos à data do balanço.

Não aplicável.

**12. Subsídios e apoios do Governo.****12.1 A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

12.2 A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado.

Descrição	2018	Recebido	Diferido
Subsídios	24 000,00 €	0,00 €	36 000,00 €
Outros	24 000,00 €	0,00 €	36 000,00 €
Apoios do Governo	575 061,93 €	545 056,42 €	60 972,26 €
Segurança Social	503 563,62 €	503 563,62 €	
Instituto Emprego Formação Profissional	71 498,31 €	41 492,80 €	60 972,26 €
Total	599 061,93 €	545 056,42 €	96 972,26 €

Descrição	2018
Subsídios de outras entidades	0,00 €
Doações	7 357,99 €
Heranças	0,00 €
Legados	0,00 €
...	0,00 €
Total	7 357,99 €

12.3 Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Não aplicável.



13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.

13.1 A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Não aplicável.

14. Impostos sobre o rendimento.

14.1 Gasto por imposto corrente.

O Imposto corrente contabilizado, no montante de 0 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço.

14.2 Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores.

Não aplicável.

14.3 A natureza e quantia do gasto de imposto reconhecido diretamente em capitais próprios.

Não aplicável.



15. Instrumentos financeiros.

15.1 Divulgação das bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas na escrituração de instrumentos financeiros que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A – Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perda por imparidade:

Clientes, Fornecedores, Contas a receber, Contas a pagar, Empréstimos bancários e Ativos financeiros sem cotação em mercado regulamentado.

B – Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Ativos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

15.2 Cotação de mercado dos activos financeiros regulados em mercado oficial.

Não aplicável.

15.3 Na transferência de activos financeiros para outra entidade, numa transação que não se qualifique para desconhecimento a entidade deve divulgar a natureza dos ativos, a natureza dos riscos e benefícios de detenção a que a entidade continue exposta.

Não aplicável.

15.4 Garantias, penhor, ou promessa de penhor de ativos financeiros.

A – A quantia escriturada dos activos financeiros.

Não aplicável.

B – Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

15.5 Empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço em situação de incumprimento.

Não aplicável.

15.6 Aumentos de capital realizados no período e respetivos custos de emissão.

Não aplicável.



16. Benefícios dos empregados.

16.1 Número médio de colaboradores durante o ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados no exercício foi de 30.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras informações.

O Técnico de Contas

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Gerência

Luísa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Hélder José Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fátima Martins Marques Nunes
António João Alves Trovisco



Indicadores

CERCIMAC - Coop Ed Reab Cid Inadaptados, CRL

ANALISE ESTRUTURA DE CAPITAIS E EQUILIBRIO FINANCEIRO

Indicador		Formula	2018	2016
(1)	Rendibilidade Financeira	Res. Liquidos / Cap. Proprios	6,05%	8,79%
(2)	Return On Investment (ROI)	Res. Liquidos / Activo Total	5,37%	7,66%
(3)	Rotação do Activo	Volume Negocios / Activo Liquido	0,10	0,11
(4)	Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	288,75%	221,57%
(5)	Prazo Medio de Recebimentos (PMR)	(Clientes/Vol Negocios)*365	45	47
(6)	Prazo Medio de Stockagem (PMS)	(Existencias/Custo Venda)*365	5	6
(7)	Prazo Medio de Pagamentos (PMP)	(Fornecedores/Compras)*365	10	6
(8)	Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	PMR + PMS - PMP	41	47
(9)	Endividamento	Passivo Total / Activo Liquido	11,29%	12,85%
(10)	Solvabilidade	Capital Proprio / Passivo Total	785,80%	678,26%
(11)	Autonomia Financeira	Capital Proprio / Activo Liquido	88,71%	87,15%
(12)	Cobertura das Imobilizações	Capital Permanente / Imob. Liquido	1,32	1,22

ANALISE DO BALANÇO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO		2018	2016
(1)	Capital Próprio	1 512 864,54	1 488 462,74
(2)	Passivo não Corrente	0,00	0,00
(3)	Capitais Permanentes (1+2)	1 512 864,54	1 488 462,74
(4)	Activo não Corrente	1 149 467,26	1 221 670,65
(5)	Fundo de Maneio (3-4)	363 397,28	266 792,09
(6)	Inventarios	390,15	427,68
(7)	Clientes	21 223,66	24 791,78
(8)	Outros Devedores	10 496,82	0,00
(9)	Estado (A Receber)	0,00	62,50
(10)	Necessidades Exploração (6+7+8+9)	32 110,63	25 281,96
(11)	Fornecedores	3 808,95	2 167,37
(12)	Outros Credores	167 236,06	206 507,61
(13)	Estado (A Pagar)	21 479,98	10 777,63
(14)	Recursos de Exploração (11+12+13)	192 524,99	219 452,61
(15)	NFM Nec.Fundo Maneio (10-14)	-160 414,36	-194 170,65
(16)	Tesouraria Exploração (5-15)	523 811,64	460 962,74
(17)	NFM Necessidades Extra-Exploração	0,00	0,00
(18)	NFM Recursos Extra-Exploração	0,00	0,00
(19)	Tesouraria Total (16-17+18)	523 811,64	460 962,74
(20)	Tesouraria Activa	523 811,64	460 962,74
(21)	Tesouraria Passiva	0,00	0,00
(19)	Tesouraria Liquida	523 811,64	460 962,74

CERCIMAC - Coop Ed Reab Cid Inadaptados, CRL

Analise do Ponto Morto e Risco

31.Dezembro.2016

INDICADORES ECONOMICOS	2018		2016	
	Valor	%	Valor	%
Custos Fixos	678 159,00	92,43	636 592,82	93,38
Custos Variaveis	55 553,97	7,57	45 159,07	6,62
Custos Totais	733 712,97		681 751,89	
Volume de Negocios	778 227,98		767 835,88	
Custos Variaveis	55 553,97	7,1	45 159,07	5,9
Margem de Contribuição	722 674,01	92,9	722 676,81	94,1
Custos Fixos	678 159,00	87,1	636 592,82	82,9
Resultados de Exploração	44 515,01	5,7	86 083,99	11,2
Unidades Vendidas	1 000 003		1 000 000	
Break-Even-Point (Quantidade)	938 405		880 882	
Break-Even-Point (Valor)	730 290,84		676 372,81	
Margem de Segurança	47 937,14		91 463,07	
%	6,16%		11,91%	
Grau Economico da Alavanca GEA (MC/RE)	16,23		8,40	
Grau Financeiro da Alavanca GFA (RE/RAI)	1,00		0,99	
Grau Combinado da Alavanca GCA (GEA*GFA)	16,17		8,32	

